



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ANO DE 2011

ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2011

N.º 14/2011



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO REALIZADA NO DIA SEIS DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE

Aos seis dias do mês de Outubro, do ano de dois mil e onze, nesta cidade de Valongo, edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões da Câmara Municipal, reuniram os Excelentíssimos Senhores:

Vice-Presidente	Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar
Vereadores	Dr. ^a Maria Trindade Morgado do Vale
	Dr. Arnaldo Pinto Soares
	Sr. Arménio Pedro Almeida Reis Silva
	Dr. José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
	Dr. José Luís da Costa Catarino
	Dr. ^a Luisa Maria Correia de Oliveira
	Dr. ^a Maria José Baptista de Moura Azevedo
	Dr. José Pedro Paupério Martins Panzina

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente quando eram dez horas e dez minutos.

Foi justificada a ausência do Senhor Presidente da Câmara que se fez substituir.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

REUNIÃO DE 2011.10.06
AGENDA DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - Intervenção dos Membros da Câmara.

1.2 – Aprovação da acta de 2011.07.21.

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Resumo Diário da Tesouraria.

3. DIVERSOS

3.1 - Doação de acervo documental – Agrupamentos Verticais de Campo e Sobrado.

4. OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1 - Diversa Sinalização nas Freguesias de Ermesinde e Valongo – Aprovação.

Valongo, 30 de Setembro de 2011

O Vice-Presidente da Câmara,

(Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Afonso Lobão**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que “O actual Governo propõe-se introduzir reformas profundas na Administração Local.

Anuncia-se a reforma do território, uma nova lei eleitoral para as Autarquias Locais, a entrar em vigor a partir de 2013, uma nova lei das Finanças Locais e a transferência para o Poder Local de novas competências, nomeadamente aquelas que se prendem com o trabalho a desenvolver na área da Acção Social.

É essa, pelo menos, a intenção constante do programa do XIX Governo Constitucional e as orientações plasmadas no chamado Livro Verde da Administração Local.

É certo que o processo legislativo está ainda no início e que tudo ficará mais claro quando a Assembleia da República aprovar os diplomas sobre esta temática. Mas não queremos deixar de emitir, desde já, a nossa opinião num momento em que o debate público se iniciou sobre o conjunto de matérias alusivas ao Poder Local.

Hoje, como se sabe, este trabalho de acção social directa junto das famílias é desenvolvido pela Administração Central – Segurança Social – que tem equipas descentralizadas nos concelhos constituídos por técnicos – Assistentes Sociais, Psicólogos, etc – que fazem no terreno o estudo e a avaliação dos utentes que a elas se dirigem, solicitando apoio pecuniário ou em espécie (famílias em precariedade económica, toxicodependentes, desempregados, sem abrigo).

Ora, ao longo do tempo, as Autarquias que exercem uma governação de proximidade foram sendo sensibilizadas e, porque não dizê-lo, pressionadas a responder aos problemas sociais que, como todos sabem, são cada vez mais prementes.

E a complementar ou mesmo a duplicar o trabalho desenvolvido pela Administração Central.

Para tal, as Autarquias foram ao longo do tempo levadas a apetrecharem-se convenientemente contratando mesmo técnicos qualificados capazes de estar à altura de responder à dimensão dos problemas sociais que afligem os cidadãos de cada concelho, sejam eles ao nível da educação, da saúde, da habitação e de acção social.

Actualmente a experiência que melhor traduz esse esforço de colaboração e dentro do espírito da Rede Social dá pelo nome de Atendimento Integrado que envolve uma parceria entre a Segurança Social, a Autarquia, as Misericórdias e as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), e, se aproveitam as várias sinergias em cada concelho para uma resposta mais coerente e mais capaz.

É esta experiência (positiva) que agora se pretende levar ainda mais longe, pondo a Câmara Municipal como sendo a entidade coordenadora de todo o processo de atendimento dos cidadãos evitando-se a duplicação de recursos técnicos e financeiros que num País a viver grandes dificuldades deve ser de todo evitado.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

E lá fora na Europa o caminho é este. Em França, por exemplo, o modus operandi adoptado é a área da acção social ser da responsabilidade das Autarquias.

Mas, para que este salto possa ser dado, é necessário que se mudem as mentalidades de muitos dos nossos autarcas e que haja independência na gestão dos instrumentos técnicos e financeiros que vierem a ser postos à sua disposição, evitando que alguns se transformem em verdadeiros caciques que tudo controlam, manipulando inclusive, a vida dos mais pobres.

E, tendo em conta o princípio da subsidiariedade, respeitar em cada freguesia as suas tradições e o dinamismo das suas instituições sejam elas públicas ou privadas.

É por isso que hoje, em tempos de grandes dificuldades é necessário que a Câmara seja a instituição que aglutina, que junta, que mobiliza esforços e vontades para responder aos apelos das pessoas e famílias mais fragilizadas.

Mudando de assunto, gostaria de informar a Câmara que nos têm chegado queixas de autarcas e residentes nas várias freguesias do concelho, quanto à qualidade do serviço prestado pela empresa que presta os serviços de recolha de lixos.

E acrescentam que há perda de qualidade quando comparado com o trabalho que então era desenvolvido pelas Juntas de Freguesia mediante protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal.

Perante estas reclamações julgamos ser útil que os serviços próprios da Autarquia elaborem, eles próprios, um relatório a apresentar o mais rápido possível ao Executivo para avaliar as razões e fundamentação das queixas.

Por último, solicitava que a Câmara e a coberto da figura de requerimento, fornecesse aos eleitos do PS todos os dados respeitantes aos contratos de avença e de prestação de serviços celebrados com a empresa Vallis Habita. Para tal, pedia ao Senhor Vice-Presidente da Câmara que preside aquele Conselho de Administração que fosse portador deste nosso pedido junto da empresa.”

A segunda nota Senhor Presidente, para dar conta de que nos chegam várias queixas das várias freguesias sobre a forma como está a decorrer a limpeza nas freguesias.

Hoje para nós é evidente que a solução que foi encontrada é uma solução que hoje não satisfaz. A experiência anterior vivida com as Juntas de Freguesia pelo menos reunia a opinião, ou pelo menos não havia a reclamação dos utentes, e hoje é evidente que há uma perda de qualidade.

Nós gostaríamos de, logo que fosse possível, nos fosse dado um relatório elaborado pelos serviços, mas não era para demorar meio ano, um relatório a apresentar na próxima reunião, que nos desse conta das reclamações que os serviços da Câmara detectam no contacto com as populações, no contacto desses técnicos com as populações, pela forma como está a decorrer a limpeza.

O dinheiro que a Câmara está a pagar pela prestação de serviços é muito dinheiro e nos tempos de hoje exige que pelo menos as populações sejam bem, tenham um serviço de qualidade.”

Solicitou, ainda, o Senhor Vereador o fornecimento de informação sobre os contratos de prestação de serviços existentes na empresa Municipal Vallis Habita.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, cumprimentando os presentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Disse a Senhora Vereadora que na anterior reunião de Câmara tinha sido referido pelo Senhor Vice-Presidente que o Senhor Presidente da Câmara regressaria ao serviço, o que, disse, não tinha sucedido, perguntando se a ausência do Senhor Presidente da Câmara se prolongaria, acrescentando que, no caso de se prolongar, teria de haver uma tomada de posição sobre a matéria.

Mudando de assunto, disse a Senhora Vereadora que na freguesia de Ermesinde, entre a Palmilheira e os Montes da Costa, estavam em curso obras de enterramento de cabos de alta tensão e que, apesar de não serem da responsabilidade da Câmara Municipal, fazia sentido que houvesse articulação e fiscalização das mesmas, pois, estavam a decorrer na via pública.

Disse a Senhora Vereadora que em alguns períodos do dia, a circulação do trânsito era feita de acordo com o critério dos funcionários da empresa responsável pela obra, o que causava situações de conflito e as alternativas apresentadas não eram as mais adequadas, perguntando se a obra estava a ser acompanhada pela Câmara Municipal de Valongo e se a Câmara tinha aprovado o plano de sinalização da mesma.

Mudando novamente de assunto, disse a Senhora Vereadora que em tempos tinham sido depositados entulhos sob o viaduto da A41, que estavam a ser recolhidos, perguntando qual a razão da sua recolha e para onde estava a ser transferido.

Mais disse a Senhora Vereadora que na freguesia de Campo estava a ser desmantelada a Ponte dos Arcos, perguntando quem era responsável pela obra e pelo seu acompanhamento, acrescentando que a Câmara não tinha sido informada que tal operação iria decorrer.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, cumprimentando os presentes.

Solicitou o Senhor Vereador que a informação solicitada pelo Senhor Vereador, Dr. Afonso Lobão, relativamente à empresa Municipal Vallis Habita fosse disponibilizada aos eleitos pela Coragem de Mudar.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que tinha havido várias reclamações nos vários complexos habitacionais que se encontravam sob o domínio da Vallis Habita relativamente às quais tinha já tido oportunidade de falar com o Senhor Vice-Presidente, e que se prendia com a protecção dos corrimãos metálicos, situação que, disse, era particularmente gravosa no Inverno, porque ficavam muito frios e a população idosa tinha muita dificuldade em subir escadas. Solicitou o Senhor Vereador que a situação fosse regularizada, de modo a dar o mínimo de conforto à população residente nos empreendimentos de habitação social.

Deu o Senhor Vereador conhecimento de uma carta de um morador de um empreendimento de habitação social, datada de 15 de Fevereiro de 2011, dirigida ao Senhor Director-Geral da Vallis Habita, na sequência de reclamações feitas havia dois anos, à qual não tinha sido dada resposta, solicitando o Senhor Vereador informação sobre a situação.

Mudando de assunto, perguntou o Senhor Vereador em que fase se encontrava o concurso para realização das auditorias externas à macroestrutura da Câmara, às concessões e ao funcionamento da empresa municipal, acrescentando que era importante iniciar o ano 2012 com ideias claras sobre o que fazer relativamente aquelas matérias.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, informando que a informação solicitada pelo Senhor Vereador, Dr. Afonso Lobão, seria distribuída a todos os membros da Câmara.

Mudando de assunto, disse que a limpeza nas freguesias merecia a atenção da Câmara, acrescentando que no mês de Maio a limpeza das bermas tinha deixado de ser feita pelas Juntas de Freguesia, passando a ser assegurada por uma empresa, num período em que a vegetação se encontrava no auge de crescimento, informando que tinham sido feitas várias diligências junto da empresa responsável pela recolha de resíduos, no sentido de aferir se o problema se resolveria com um nível de qualidade satisfatória ou se haveria alguma deficiência no caderno de encargos do concurso ou na prestação do serviço que não garantisse que o problema estabilizaria. Referiu o Senhor Vice-Presidente que se se verificasse que o problema persistia, a Câmara tentaria encontrar uma solução mais eficaz, não podendo, porém, alterar as condições do caderno de encargos do concurso público internacional que havia sido aberto para fornecimento de serviços de limpeza.

Mais disse o Senhor Vice-Presidente que estava a ser avaliado se a reclamação surgida num momento de mudança, se devia a razões pontuais ou se era uma reclamação que teria continuidade porque o serviço não era suficiente e, nessa situação, seriam estudadas alternativas para melhorar a prestação do serviço, acrescentando que quando houvesse conclusões sobre a matéria, partilhá-las-ia com todos os membros da Câmara.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vice-Presidente que a Câmara, em conjunto com a ADRITEM, tinha apresentado uma candidatura para reabilitação da ponte dos Arcos, em Campo, obra que, disse, constava do Plano Plurianual de Investimentos, acrescentando que o objectivo da obra visava a recuperação de danos graves existentes na ponte, nomeadamente na parte nascente, sendo urgente preservar aquele património.

Mudando novamente de assunto, disse o Senhor Vice-Presidente que iria inteirar-se do ponto de situação da resposta à carta enviada por um munícipe à Vallis Habita e da questão da protecção dos corrimãos existentes nos empreendimentos de habitação social.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Trindade Vale**, cumprimentando os presentes.

Disse a Senhora Vereadora que o concelho de Valongo tinha formalizado o atendimento integrado, em que a Segurança Social era parceira e a Câmara Municipal de Valongo o interlocutor entre a Segurança Social e as IPSS's, acrescentando que acreditava que aquele novo modelo de articulação daria os seus frutos, porque conseguiria que os técnicos das instituições actuassem de forma articulada.

Disse a Senhora Vereadora que esperava que, a breve prazo, a Segurança Social disponibilizasse uma password que se encontrava apenas disponível para os técnicos que trabalhavam no Rendimento Social de Inserção, e que permitiria que todos os técnicos tivessem acesso à mesma informação e pudessem trabalhar de forma mais articulada e eficaz.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, informando que o Senhor Presidente da Câmara estava de baixa por doença, previsivelmente até ao dia 30 de Outubro.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que em Ermesinde estavam a decorrer obras de enterramento de linhas de alta tensão na subestação da Palmilheira, ambicionadas pela Câmara que, no entanto, tinham criado alguns constrangimentos. Disse que as obras estavam a ser acompanhadas pela Câmara Municipal, no entanto, tal não impedia que houvesse constrangimentos ao nível do trânsito, porque a obra de colocação de cabos exigia a interrupção efectiva dos arruamentos, acrescentando que havia necessidade de intervir na Rua Ribeiro Teles e na Avenida Eng.º Duarte Pacheco, o que significava que teria de haver desvio do trânsito entre três semanas a um mês.

Referiu o Senhor Vereador que a Câmara tinha aproveitado aquela obra da REN para solicitar a colocação de uma camada de tapete betuminoso entre a rotunda da Rua Ribeiro Teles e a Vila Beatriz e, aproveitando a interrupção da via, os serviços da Câmara estavam a colocar guias e construiriam passeios entre a Rua Ribeiro Teles e a rotunda da Vila Beatriz, obra que, disse, estava a ser realizada por administração directa e permitiria a requalificação daquela zona de Ermesinde.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, perguntando qual o prazo para conclusão das obras.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que as obras na Rua Ribeiro Teles durariam entre três semanas a um mês, período onde haveria um impacto forte sobre o trânsito, e posteriormente a Câmara continuaria a obra, no entanto, sem recurso a interrupção do trânsito.

Disse o Senhor Vereador que se previa que todas as obras estivessem concluídas no prazo de sessenta dias, uma vez que haveria ainda intervenção na Rua Eng.º Duarte Pacheco, onde, disse, haveria também constrangimentos ao nível do trânsito de viaturas, acrescentando que as obras estavam a ser acompanhadas pela Câmara Municipal.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que sempre tinha afirmado que não tinham sido depositados entulhos debaixo do viaduto da A41, mas sim terras provenientes de um desaterro, colocadas pela Junta de Freguesia de Alfena e que as terras depositadas tinham sido utilizadas em jardins da Câmara Municipal e num arranjo que estava a ser feito nas margens do rio Leça, num terreno que a Junta de Freguesia de Alfena havia adquirido no anterior mandato, acrescentando que havia intenção de fazer um acerto de terreno e que a Junta de Freguesia de Alfena pretendia realizar alguns eventos no local.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, perguntando onde tinham sido depositadas as pedras então existentes no local.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que não tinham sido retiradas pedras do local, acrescentando que no final da retirada das terras, ficariam pedras, às quais teria de ser dado destino.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que todas as obras eram importantes, mas havia duas que, pelas consequências que teriam, o preocupavam muito, nomeadamente a drenagem das águas na zona da estação, em Ermesinde, e a sua condução para a Ribeira da Gandra, uma vez que nos últimos invernos tinha havido problemas com a drenagem de águas pluviais, estando tal obra a decorrer, bem como a obra da Ponte dos Arcos, ex-libris da freguesia de Campo, que, ameaçava ruir a qualquer momento, tendo-se verificado a queda de uma parte da ponte.

Disse o Senhor Vereador que a obra estava prevista no Plano Plurianual de Investimentos e tinha sido aprovada uma candidatura para a sua realização, acrescentando que face ao estado de degradação da ponte e ao aproximar do Inverno, tinha sido lançado um concurso para a realização de obras de conservação, tendo a obra tido início havia quinze dias.

Disse o Senhor Vereador que tinha havido necessidade de suportar a estrutura da ponte e teria de haver uma intervenção até à raiz de um pilar que tinha tido alguma cedência, acrescentando que havia a expectativa da obra ficar concluída antes do Inverno. Disse, ainda, que para além da recuperação do aqueduto dos Arcos, haveria a integração da obra nas tradições da freguesia de Campo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, perguntando que tipo de concurso tinha sido feito e se o processo tinha sido presente a reunião de Câmara, uma vez que, disse, não tinha memória de tal ter acontecido.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que tinha sido feito um concurso por convite a várias empresas com alguma capacidade de concretização da obra, uma vez que se tratava de uma obra de cerca de 130 mil euros, acrescentando que a autorização da obra enquadrava-se no âmbito das competências do Senhor Presidente da Câmara, no entanto, tal não impedia que tivesse sido dado conhecimento da mesma aos membros da Câmara.

Mudando de assunto, informou o Senhor Vereador que tinham sido lançados os concursos para realização de auditorias externas, estando o procedimento de análise da macroestrutura da Câmara em fase de audição dos concorrentes e em breve haveria condições de fazer a adjudicação do serviço. Acrescentou o Senhor Vereador que tinham também sido lançados os concursos para a realização das auditorias ao estacionamento de duração limitada, Veolia e Vallis Habita, tendo sido já abertas as propostas apresentadas pelos concorrentes, estando o júri a aguardar a emissão de um parecer jurídico para efectuar o relatório final.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que não havia dúvidas sobre a importância e o valor atribuído à obra da ponte dos Arcos, no entanto, no documento aprovado conjuntamente com o Plano de Saneamento Financeiro no final do primeiro trimestre de 2011, constava um compromisso assumido entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, segundo o qual todos os investimentos municipais em curso ou a avançar teriam de ser objecto de avaliação pela Câmara, nomeadamente quanto à sua oportunidade e pertinência, com salvaguarda de sete prioridades de investimento, nas quais, disse, não constava a ponte dos Arcos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Sublinhou o Senhor Vereador que era de reconhecer a oportunidade e pertinência da obra, no entanto tal declaração tinha que ser feita pela Câmara e não pelo Senhor Presidente da Câmara, ainda que nos termos legais, o valor da obra estivesse no âmbito das suas competências, acrescentando que para além da competência legal, havia um compromisso político que tinha sido claramente desrespeitado, sendo aquela situação um sintoma da confiança que os eleitos pela Coragem de Mudar poderiam ter em quem tinha funções executivas na Câmara.

APROVAÇÃO DA ACTA

Foi aprovada por maioria a acta de 21.07.2011, em virtude da Senhora Vereadora, Dr.^a Maria Trindade Vale e o Senhor Vereador, Dr. José Luis Catarino por não terem estado presentes.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente à Câmara o resumo diário da tesouraria do dia anterior que acusa um total de disponibilidades de dois milhões, cento e sessenta e quatro mil e treze euros e quarenta e oito cêntimos.

3.1 - DOAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL – AGRUPAMENTOS VERTICAIS DE CAMPO E SOBRADO

Presente à Câmara Municipal o processo referente ao assunto versado em epígrafe, o qual foi objecto da informação n.º 049/DCTPHJD-SB/2011, de 2011.09.20, elaborada pela Coordenadora DCTPHJD-SB, Dr.^a Isaura Marinho, do teor seguinte:

“Apresenta-se à Exm.^a Câmara a intenção de doação, aos Agrupamentos Verticais Escolares de Campo e Sobrado, do fundo bibliográfico dos Pólos de Leitura sediados naquelas localidades.

Numa altura em que se vivem profundas mudanças económicas e sociais, as quais provocaram e continuam a provocar alterações significativas também ao nível da educação, com reestruturação e requalificação das escolas/centros escolares dotando-os de pequenas bibliotecas apetrechadas para acolherem os alunos que, cada vez mais, passam na escola o seu dia, tem a Autarquia um papel preponderante de responsabilidade e colaboração para que estes equipamentos cumpram um dever fundamental de educação social.

Atendendo a uma certa desertificação dos Pólos de Leitura, precisamente pelo motivo referido, entendemos valorizar os fundos bibliográficos adquiridos pela Autarquia, até aqui disponíveis naqueles espaços, transformando-os numa mais-valia para os respectivos agrupamentos verticais.

A doação contemplará várias bibliotecas escolares e será distribuída por opção dos agrupamentos, de acordo com as maiores necessidades ao nível do apetrechamento ou enriquecimento documental, tendo em consideração o estado das bibliotecas no momento – candidatas à Rede de Bibliotecas Escolares,



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

em fase de preparação de candidatura ou ainda sem essa previsão, mas já com espaço aberto ao público.

Os fundos em causa contemplam a literatura infanto-juvenil, na totalidade da existente naqueles pólos, e parte da literatura para adultos.

Justificam-se as opções – a primeira porque perfeitamente enquadrada na faixa etária a contemplar; a segunda porque os pais e familiares das crianças frequentam as bibliotecas escolares e requisitam para si títulos naquele domínio.

Conforme as listagens em anexo, nas quais cada documento é descrito em pormenor, apresentamos o total de títulos a doar:

Agrupamento Vertical de Campo:

Literatura Infanto/Juvenil – 488;

Literatura para Adultos – 242;

Agrupamento Vertical de Sobrado:

Literatura Infanto/Juvenil – 397;

Literatura para Adultos – 189.

Todos os títulos estão igualmente disponíveis para consulta e requisição domiciliária na Biblioteca Municipal de Valongo.

Anexam-se respectivos protocolos de doação.

Tem competência para decidir a Exm.^a Câmara, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 64, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei 5A/2002, de 11 de Janeiro.

Sobre este assunto a Exm.^a Senhora Directora do DCTPHJD, Dr.^a Isabel Oliveira, prestou a seguinte informação:

“Ao Exm.º Sr. Vice-Presidente, Dr. João Paulo Baltazar.

Concordo com o proposto que irá enriquecer o espólio bibliográfico das Bibliotecas Escolares dos Agrupamentos de Campo e Sobrado.”

Ainda sobre o mesmo assunto o Exm.º Senhor Vice-Presidente, emitiu o despacho, do teor seguinte:

“Concordo. Elabore-se minuta para ser presente a reunião de Câmara”.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que os pólos de leitura tinham tido bastante frequência por parte de alunos das escolas, no entanto, com a abertura das bibliotecas escolares nas escolas das correspondentes freguesias, tinha-se verificado uma diminuição muito acentuada na procura daqueles equipamentos, daí, disse, ter sido entendido que seria mais útil reforçar o acervo das bibliotecas escolares daquelas duas freguesias do que manter abertos os pólos da biblioteca, razão pela qual era proposta à Câmara a doação às bibliotecas escolares do acervo dos pólos de leitura da Biblioteca Municipal.

Depois de apreciado o assunto foi deliberado, nos termos do art.º 64º, nº 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, por **unanimidade**,



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

doar o fundo bibliográfico dos Pólos de Leitura de Campo e Sobrado aos respectivos Agrupamentos, nos termos propostos na supracitada informação.

4.1 - DIVERSA SINALIZAÇÃO NAS FREGUESIAS DE ERMESINDE E VALONGO – APROVAÇÃO

Presente à Câmara Municipal o processo concernente ao assunto versado em epígrafe, o qual foi objecto da informação técnica n.º 184/SST/2011, de 30 de Setembro, prestada pelo Técnico Superior Eng. Delfim Cruz, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:

1- Na sequência de estudos realizados pelo SST e obras de requalificação, foram analisados e elaborados os seguintes estudos de sinalização, que obtiveram concordância do Exmo. Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares:

Freguesia de Ermesinde:

- Sinalização a implementar na sequência da reestruturação viária decorrente da empreitada “Prolongamento da Via da Fonte”.

Freguesia de Valongo:

- Colocação de sinalização de paragem obrigatória (STOP) no cruzamento das Ruas Cavada da Molha, Nossa Senhora dos Chãos, Professor Resende Pinto, Vasco de Lima Couto, Bairro Marquês da Nova e Travessa dos Bacelos, conforme planta anexa, na sequência da construção de travessias de peões sobrelevadas.

2- Face ao apresentado, propõe-se que a Exma. Câmara delibere sobre a proposta de sinalização acima versada e devidamente documentada nas plantas em anexo.

3- Tem competência para decidir sobre o assunto, a Exma. Câmara, ao abrigo do Art.º 32º do Capítulo VI do Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada desta Câmara Municipal, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 2 de Agosto de 2007”.

Sobre esta informação, a Senhora Chefe da Divisão de Vias, Arruamentos e Trânsito, em 30.09.2011, informou o seguinte:

“À consideração do Sr. Vereador, Dr. Arnaldo Soares: Concordo.”

Em 2011.09.30, o Sr. Vereador Dr. Arnaldo Pinto Soares, proferiu o seguinte despacho:

“Concordo. À consideração do Exmo. Sr. Presidente para ser presente a reunião de Câmara.”

O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar, proferiu o seguinte despacho:

“Concordo.

Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara”.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que os Vereadores eleitos pela Coragem de Mudar, por declaração feita na primeira reunião de Câmara em que tinham sido presentes processos de alteração de trânsito, tinham manifestado que não se sentiam aptos a votar propostas daquela natureza, por entenderem que se tratava de matéria regulamentar com eficácia externa, em que a competência, em última instância, era da Assembleia Municipal, entendendo que todos aqueles assuntos deveriam ser presentes à Assembleia Municipal depois de aprovados pela Câmara. Porém, disse, a Câmara continuava a não o fazer e os eleitos pela Coragem de Mudar não participavam na votação, mas tal não os impedia de exercer o seu dever de apreciar as propostas apresentadas e, sempre que se justificasse, darem o seu contributo, acrescentando que se aquelas propostas fossem presentes à Assembleia Municipal, muitas delas teriam o voto favorável daqueles eleitos.

Disse o Senhor Vereador que estava em discussão a criação de um sentido único num troço de pouco mais de cem metros, na Rua D. Pedro IV, em Valongo, que merecia a reprovação dos eleitos pela Coragem de Mudar, uma vez que a proposta apenas visava satisfazer uma situação concreta, que se verificava à hora do almoço junto a um restaurante muito frequentado, não havendo no local estacionamento e onde era difícil circular nesse período, assim como, na mesma rua, havia dificuldades de trânsito e de estacionamento, devido à frequente utilização do campo de Futebol ao final da tarde.

Disse o Senhor Vereador que a proposta de naquele pequeno troço desviar todo o trânsito para a Rua D. Miguel, rua essencialmente habitacional, muito utilizada para estacionamento de veículos, podendo inclusivamente ter trânsito de pesados, era uma má solução, acrescentando que pela instrução do processo poder-se-ia constatar que tinha havido um único pedido no sentido de introdução daquela alteração de trânsito, e ainda que o autor do pedido se tivesse intitulado porta-voz dos moradores, do processo não constava nenhuma petição dos moradores sobre aquela matéria.

Propôs o Senhor Vereador, em alternativa à proposta em discussão, que toda a rua de D. Pedro IV, entre a rotunda das finanças e a primeira rotunda de entrada em Valongo, quem vinha da auto-estrada, tivesse um único sentido, uma vez que paralelamente aquela rua havia duas outras ruas que permitiriam funcionar como compensação no sentido contrário.

Mais disse que a proposta em discussão tinha merecido o parecer favorável da Junta de Freguesia de Valongo, julgando que a proposta alternativa por ele apresentada mereceria também total acolhimento, propondo o Senhor Vereador que o processo fosse retirado, de modo a que pudesse ser estudada a proposta de criação de sentido único do trânsito na Rua D. Pedro IV, Valongo - Susão, criando trânsito em sentido contrário na Avenida dos Desportos junto ao pavilhão, mantendo a Rua D. Miguel um único sentido.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que a informação técnica constante da proposta, oriunda do departamento de obras municipais e transportes, tinha sido assinada pelo Senhor Eng.º Delfim Cruz, na qualidade de Comandante Operacional Municipal, no entanto, disse, aquele departamento não tinha um Comandante Operacional Municipal, sublinhando o Senhor Vereador que a proposta não estava correcta do ponto de vista formal.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que a solução proposta era resultante de solicitações dos moradores que queriam aceder às suas habitações e frequentemente não o conseguiam, pois na Rua D. Pedro IV havia um complexo desportivo, um restaurante e uma repartição de Finanças, que implicavam que a rua tivesse viaturas permanentemente estacionadas, havendo na hora do almoço uma sobrecarga de trânsito.

Referiu o Senhor Vereador que a proposta não visava beneficiar ninguém em particular, mas sim resolver uma situação que se verificava diariamente e que criava dificuldades de circulação, acrescentando que os moradores com representatividade tinham solicitado, por várias vezes, a análise da situação que, disse, tinha sido feita em conjunto com os residentes.

Mais disse o Senhor Vereador que a colocação de sentido único naquele troço obrigaria a que os residentes tivessem que andar muito mais para acederem às habitações, situação que poderia criar descontentamento, acrescentando que tinha sido encontrada uma solução que satisfizesse os moradores e criasse fluidez de trânsito na Rua D. Pedro IV.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que tinha sido entendido que na parte inicial da rotunda dos Desportos, até à Rua D. Miguel, o trânsito deveria ter dois sentidos e que quem entrava na Rua D. Pedro IV, teria de circular pela Rua D. Miguel, ficando a Rua D. Pedro IV com um único sentido, e assegurada a fluidez de trânsito, sem ter de obrigar os moradores a circular noutras vias para acederem a casa.

Disse o Senhor Vereador que a proposta deveria ser implementada e se viesse a verificar-se que não atingia o objectivo, seria reavaliada, acrescentando que lhe custava retirar uma proposta que tinha sido analisada no local com os moradores.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que do processo apenas constava um único pedido de alteração de sentido de trânsito apresentado pelo dono do restaurante, Senhor Ismael Pinto Lourenço, e que a informação técnica apenas referia que na sequência da solicitação do Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, para um estudo de circulação na Rua D. Pedro IV e Rua D. Miguel, em Valongo, e após visita efectuada à zona envolvente, tinha sido elaborada a proposta de sinalização constante da planta anexa, e de forma a dar andamento ao processo, era proposto solicitar parecer à Junta de Freguesia para implementação da alteração proposta, acrescentando que não havia a mínima referência a conversas havidas com moradores.

Disse o Senhor Vereador que a proposta por si apresentada de retirada do processo não invalidava que na reunião de Câmara seguinte fosse apresentada uma nova proposta, uma vez que havia facilidade de falar com os moradores.

Referiu o Senhor Vereador que a petição apresentada à Câmara datava de Abril de 2008, tendo o peticionário referido que “(...) pensamos nós, os moradores, que este problema seria resolvido com alteração para sentido único, pelo menos entre o início e o fim da Rua D. Miguel (...)”, acrescentando que o próprio peticionário admitia que toda a Rua D. Pedro IV tivesse sentido único.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Perguntou o Senhor Vereador quem eram os moradores representativos daquela rua, uma vez que tinham sido invocados pelo Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, mas não constavam do processo em discussão.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que não compreendia a excitação do Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, relativamente aquele processo.

Disse o Senhor Vereador que se prezava de falar todos os dias com munícipes e de procurar que a sua actuação fosse de encontro aos anseios da população, acrescentando que tinha estado no local e analisado a situação com o Senhor Dr. Juiz Camilo Moreira Camilo, tendo sido entendido que a proposta em discussão seria a melhor solução para o problema, pois poderia minimizar os problemas de fluidez de trânsito na Rua D. Pedro IV, acrescentando que se depois de implementada se concluísse que não resultava, poderia ser analisada uma outra solução.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que o tom em que falava não tinha que ser qualificado como “excitação” e que utilizava os tons que queria e nos termos em que queria utilizar, que, disse, não traduziam nenhuma excitação quanto à matéria em discussão.

Disse o Senhor Vereador que o exclusivo de falar com munícipes não era somente dos Vereadores que exerciam funções a tempo inteiro e que muitos dos temas abordados na Câmara pelos eleitos pela Coragem de Mudar resultavam de conversas com munícipes, acrescentando que aqueles eleitos eram também abordados por munícipes e que nem o facto do Senhor Dr. Juiz Conselheiro, Camilo Moreira Camilo ser um brilhante jurista, lhe dava especiais habilitações em matéria de trânsito.

Mais disse o Senhor Vereador que os problemas tinham de ser estudados e que não deveria ser implementada nova sinalização nem experimentadas soluções novas, quando era possível, num curto prazo, analisar uma outra alternativa, acrescentando que os Vereadores eleitos pela Coragem de Mudar tinham capacidade de iniciativa e não se limitavam a aprovar ou reprovam as propostas presentes à Câmara.

Propôs o Senhor Vereador que fossem postas à votação as duas propostas.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Afonso Lobão**, dizendo que a situação era melindrosa e poderia ser polémica.

Disse o Senhor Vereador que uma vez que o pedido de alteração do sentido de trânsito remontava a 2008, não haveria inconveniente que se esperasse mais quinze dias e fosse analisada a situação, conjuntamente com a Junta de Freguesia de Valongo e os moradores.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, colocando à votação as duas propostas de sinalização constantes do processo e a retirada da proposta de alteração de sentido de trânsito na Rua D. Pedro IV, em Valongo.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que a proposta de retirada daquele ponto, enquanto assunto em concreto, tinha sido apresentada pelo Senhor Vereador, Dr. Afonso Lobão, mas tinha sido inicialmente apresentada por si.

Depois de apreciado o assunto foi deliberado, nos termos do disposto no artigo 32º do Capítulo VI do Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada conjugado com o artigo 64º do n.º 6 da alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por **maioria**, aprovar as propostas de sinalização, elaboradas para os diversos arruamentos das Freguesias de Ermesinde e Valongo, de acordo com a supracitada informação e plantas anexas, bem como a colocação e implementação da respectiva sinalização, nos termos propostos.

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Dr. Afonso Lobão, Dr. José Luis Catarino e Dr.ª Luisa Oliveira.

Não participaram na votação os Senhores Vereadores eleitos pela Coragem de Mudar, Dr.ª Maria José Azevedo e Dr. José Pedro Panzina, pelas razões invocadas na declaração prévia apresentada na Reunião de Câmara de 27 de Novembro de 2009.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o munícipe, Senhor **Celestino Neves**, dizendo que a freguesia de Alfena tinha enormes constrangimentos ao nível de saneamento básico.

Disse que Alfena tinha órgãos autárquicos eleitos democraticamente, mas não tinha órgãos autárquicos democráticos, pois sempre que solicitava esclarecimentos era-lhe ocultada informação.

Perguntou o Senhor Munícipe se a Câmara tinha conhecimento do grau de cobertura da rede de saneamento básico na freguesia de Alfena, uma vez que havia grandes constrangimentos e situações gravosas ao nível de descargas directas para o rio Leça, em virtude de não ter sido possível fazer ligações devido à cota das ruas, nomeadamente a Rua do Rio e a Rua do Loureiro, onde, disse, tinha sido prometido instalar estações elevatórias, mas não tinha sido permitida a sua construção devido a constrangimentos financeiros, acrescentando que a Junta de Freguesia de Alfena continuava mas tratava-se de um problema municipal.

Mais disse que a empresa Veolia tinha realizado várias reuniões de sensibilização em Alfena, com vista à resolução dos problemas de poluição do rio Leça, tendo ele estado presente numa delas, e posteriormente feito uma alteração na sua ligação ao saneamento, de modo a cumprir a lei; no entanto, disse, havia munícipes que continuavam a ter situações ilegais por resolver, porque a Veolia tinha prometido ajudar, permitindo o pagamento faseado, o que não se tinha verificado, acrescentando o Senhor Munícipe que Alfena tinha um grau de cobertura de saneamento que se desconhecia.

Mais disse o Senhor Munícipe que a Rua 1.º de Maio, junto ao cruzamento de Cabeda, alagava frequentemente, havendo tampas de saneamento que levantavam, mesmo sem ter chovido.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Mudando de assunto, disse o Senhor Município que tinha então entregue na Câmara fotografias que contradiziam o que havia sido dito pelo Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, sobre a deposição de terras debaixo do viaduto da A41.

Interveio a munícipe, Senhora **D. Ana Paula**, dizendo que residia na Rua Júlio Dinis, em Ermesinde, onde, havia cinco anos, tinham sido colocadas várias árvores ao longo do passeio, cuja folhagem caía durante todo o ano e deixava uma cola no pavimento, assim como dentro da sua propriedade, obrigando-a a diariamente limpar o passeio junto à sua habitação, com o inerente aumento de custos da água.

Perguntou a Senhora Município se haveria possibilidade de serem substituídas as árvores existentes por outras que não provocassem tanta sujidade, acrescentando que um condómino a tinha informado que havia colocado a situação à Câmara e tinha-lhe sido respondido que seriam retiradas as árvores existentes, mas colocadas outras da mesma natureza.

Mais disse ter tido a informação que a empresa SUMA procedia à limpeza da rua às quintas-feiras, no entanto, quando chegava a casa deparava-se sempre com o tapete de folhas provenientes das árvores. Solicitou, ainda, que fossem lavados os contentores de lixo colocados na rua da sua residência.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que as árvores tinham sido colocadas pelo loteador e que o facto de terem crescido provocava a queda de folhas para o interior das propriedades.

Disse o Senhor Vice-Presidente que iria analisar com os serviços o que poderia ser feito no sentido de ser resolvido o problema reportado pela Senhora Município.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que a freguesia de Alfena tinha uma taxa média de cobertura de saneamento de 96%, o que significava que havia alguns locais que ainda não tinham saneamento, pois exigiam um forte investimento que estava a ser feito, nomeadamente na Travessa da Ventura e Rua da Ventura, onde seria necessário colocar duas estações elevatórias.

Disse o Senhor Vereador que no âmbito da Corrente Rio Leça, tinham sido visitadas milhares de habitações e detectadas muitas situações irregulares, nomeadamente de descargas para o rio que estavam a ser corrigidas e que exigiam obras por parte dos proprietários.

Disse o Senhor Vereador que a pedido da empresa Veolia, estavam a ser feitas mudanças de contadores, tendo aquela empresa isentado os munícipes do pagamento de taxas.

Mais disse que tinham sido detectados problemas de funcionamento do emissário localizado entre a Rua de S. Lázaro, a Rua Nova de Alfena e a Rua da Várzea devido a um desnível, o que provocava entupimentos frequentes e pontos de conflito nas caixas de saneamento localizadas na Rua Nova de Alfena e Rua de S. Lázaro, entupimentos que, disse, provocavam drenagem para o rio Leça, acrescentando que tinha havido uma primeira intervenção em caixas colocadas em campos, que tinham rompido e a água do rio estaria a entrar e a provocar sobrecarga, e que faltava acertar com dois proprietários da Rua da Várzea a possibilidade de ser criada uma servidão, de forma a ser colocado um



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

novo emissário entre a Rua de S. Lázaro até à Rua da Várzea e eliminar o emissário existente que tinha vários constrangimentos.

Referiu o Senhor Vereador que os problemas estavam a ser resolvidos e que os investimentos continuariam a ser efectuados

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião quando eram doze horas e vinte minutos. Para constar se lavrou a presente acta, que depois de devidamente aprovada, será por mim assinada, Directora do Departamento de Administração Geral e Modernização Administrativa, Helena Justa Ferreira Moreira de Oliveira. _____